

HABEAS CORPUS Nº 502.171 - SP (2019/0093781-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **SERGEI COBRA ARBEX E OUTROS**
ADVOGADOS : **ZULAIE COBRA RIBEIRO - SP024127**
 SERGEI COBRA ARBEX - SP141378
 FERNANDO HIDEO IOCHIDA LACERDA - SP305684
 GIOVANNA GARRIDO GUIMARÃES - SP407943
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **TIAGO HENRIQUE RIBEIRO BRETAS (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO HENRIQUE RIBEIRO BRETAS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pela prática da conduta descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, por guardar, em conjunto com outro réu, "*para fins de tráfico, um tijolo de cocaína, pesando aproximadamente 1,089 gramas, bem como 120 gramas a granel da mesma droga, em pó e em forma de crack [...]*" (e-STJ fl. 207).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que conheceu em parte do *writ* e, nessa extensão, denegou-lhe a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 909/910):

PENAL. "HABEAS CORPUS". TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM SENTENÇA CONDENATÓRIA.

Pretendidas revogação das prisões preventivas e alteração do regime carcerário determinado na sentença. Descabimento.

1. Prisão preventiva válida e necessária para os fins apontados. Uma vez que subsistem os motivos que ensejaram a decretação da custódia cautelar, não há de se cogitar no seu relaxamento e/ou revogação após prolação de sentença condenatória. Existe, ainda, vedação expressa à concessão de Liberdade Provisória. Art. 44, da Lei nº 11.343/06.

Declaração de inconstitucionalidade do dispositivo pelo C. STF, em controle incidental, que não tem força vinculante. Ausência de Resolução do Senado Federal. Precedente desta C. Câmara.

Verificação, de qualquer maneira, de requisitos legais exigidos para a medida extrema. Apreensão de mais de um quilo e duzentos gramas de “cocaína” (que haviam acabado de adquirir da corré Lídia, em via pública), com os pacientes que, pelo existente, com dedicação e certamente relacionados com fontes criminosas (único meio de obter tal quantidade de tóxicos, exclusivamente para venda), exploravam a espúria atividade, aparentemente sem estarem intimidados, destacadas, assim, a periculosidade e ousadia de cada um, ressaltando-se que, na oportunidade, Edson mantinha em um salão de festas de sua propriedade uma arma de fogo. Uma vez presos no curso do processo, incoerente seria deferir o direito de recorrer da condenação em liberdade. Constrangimento ilegal não configurado.

2. Correção do regime de início de cumprimento de pena e da negativa de substituição da pena corporal por restritiva de direitos. Impossibilidade. Inexistência de clara ilegalidade ou abuso. Sentença que motivou a respeito. Necessidade de aprofundamento de mérito. Recurso próprio, já impetrado. Inviabilidade de conhecimento.

Ordem em parte conhecida e, nela, denegada.

Na presente impetração, alega a defesa ilegalidade na investigação policial, ao argumento de que, *"embora o inquérito policial tenha se iniciado com a prisão em flagrante, os primeiros depoimentos dos policiais deixam clara a existência de investigações informais, supostas denúncias anônimas não documentadas e a prática inquestionável de uma ação controlada não registrada, que violou o disposto na Lei 12.850/2013"* (e-STJ fl. 5).

Aduz, outrossim, inidoneidade na manutenção da segregação cautelar, porquanto *"fundada exclusivamente em depoimentos e ações ilegais dos investigadores de polícia"* (e-STJ fl. 5).

Quanto ao redutor previsto no § 4º do art. 33 da lei n. 11.343/2006, sustenta a defesa que *"o Paciente não apenas é primário e ostenta bons antecedentes, mas foi absolvido do delito de associação para o tráfico – indicativo maior de que não se dedica às atividades criminosas e nem integra organização criminosa –, mas mesmo assim não lhe foi aplicada a causa de diminuição de pena [...]"* (e-STJ fl. 5).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar, a revogação da prisão preventiva, ou a sua substituição por cautelares diversas. No mérito, postula o reconhecimento da nulidade da investigação, a ilegalidade da condenação com fundamento exclusivo em ações policiais ilegais e a ilegalidade da negativa à causa de

diminuição de pena, do regime fechado automático bem como da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator